O TRABALHO FEMININO NA PERSPECTIVA DO FEMINISMO MATERIALISTA

Sabrina Ayres do Prado[1]
Angela Maria Moura Costa Prates[2]

RESUMO

É comum que em sociedades onde o patriarcalismo ainda se faz presente, homens e mulheres tenham atribuições definidas para cada sexo. Mesmo que as mulheres tenham conquistado espaços de trabalho no âmbito público, ainda as funções domésticas continuam lhe sendo atribuídas. Este artigo tem como objetivo compreender o trabalho feminino na perspectiva do feminismo materialista, a fim de identificar quais as críticas do feminismo ao marxismo, estudar a divisão sexual do trabalho com ênfase e analisar o trabalho doméstico. Trata-se de uma abordagem qualitativa e pesquisa em referenciais bibliográficos com análise e reflexões sobre o seu conteúdo. Seu viés teórico metodológico é o feminismo materialista que tem o trabalho como central em suas análises. É fundamental considerar o trabalho das mulheres no âmbito da reprodução, do trabalho doméstico. Nesse caso, a luta feminista não pode abrir mão do feminismo materialista que propõe a construção de uma nova ordem social.

Palavras-chave: Feminismo. Mulheres. Trabalho doméstico.

ABSTRACT

It is common that in societies where patriarchy is still present, men and women have defined roles for each sex. Even though women have conquered work spaces in the public sphere, domestic functions are still assigned to them. This article aims to understand female work from the perspective of materialist feminism, in order to identify feminism's criticisms of Marxism, to study the sexual division of labor with emphasis and to analyze domestic work. It is a qualitative approach and research in bibliographic references with analysis and reflections on its content. Its theoretical-methodological bias is the materialist feminism that has work as central in its analyses. It is essential to consider women's work in the context of reproduction, of domestic work. In this case, the feminist struggle cannot give up the materialist feminism that proposes the construction of a new social order.

Keywords: Feminism. Women. Housework.

[1] Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). Graduanda em Serviço Social. sabrinaayres24@gmail.com
[2] Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). Doutora em Serviço Social. amprates@unicentro.br

1 INTRODUÇÃO

Desde a origem da sociedade capitalista as mulheres participam tanto do processo de produção de riqueza, como do processo de reprodução da vida dos trabalhadores, acumulando portanto, duplas (as vezes até triplas) jornadas de trabalho. A reprodução que as mulheres desempenham dentro de suas casas, no cuidado com os filhos e as tarefas domésticas são fundamentais para a manutenção da força de trabalho masculina. Entretanto, trata-se de um trabalho não pago, uma vez que culturalmente foi atribuído as mesmas essas tarefas, porque afirma-se que as mulheres possuem mais capacidades para tal, devido ao seu perfil (SAFFIOTI, 1987). No entanto, Federice (2018), afirma que o que chamam de amor, é trabalho não pago, portanto, exploração do trabalho das mulheres no âmbito doméstico.

Nessa concepção, é como se a remuneração que o homens recebem pelo seu trabalho no âmbito público compensasse o pagamento do trabalho das mulheres no âmbito doméstico. A isso a autora chama de “patriarcado do salário”. “Partiendo de nuestra situación como mujeres, sabemos que la jornada laboral que efectuamos para el capital no se traduce necessariamente em um cheque, que no empieza y termina en las puertas de la fábrica, y así redescubrimos la naturaleza y la extensión del trabajo doméstico em sí mismo” (FEDERICI, 2018, p. 26). O trabalho doméstico não pago pelo capitalismo continua mantendo os papeis de gênero, reforçando, portanto, a desigualdade entre homens e mulheres. E além disso, continua superexplorando o trabalho feminino, dadas as condições das mulheres em cumprir duplas jornadas de trabalho.

Quando se trata do trabalho feminino a superexploração não só é mostrada a partir dos salários inferiores pago às mulheres, como também nas condições precárias e informais de trabalho a que muitas mulheres são obrigadas a submeter-se. Devido ao fato de terem duplas jornadas de trabalho, além dos cuidados e educação dos filhos, as mulheres são penalizadas pelos papeis que a própria sociedade machista, sexista e patriarcal lhes impôs (HIRATA, 2018). E quando se tem um entrelaçamento entre gênero, etnia e classe social, a dimensão da superexploração do trabalho feminino se avoluma sobremaneira.

Diante do exposto, o presente trabalho visa compreender o trabalho feminino na perspectiva do feminismo materialista. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e pesquisa em referenciais bibliográficos com análise e reflexões sobre o seu conteúdo. O viés teórico metodológico em que se pauta essa discussão é o feminismo materialista que se "[...] interessa pelas relações de poder, pelas relações de exploração, opressão, dominação entre homens e mulheres e é, ao mesmo tempo, uma teoria e uma prática" (HIRATA, 2018, p. 14). Para a autora, nessa forma de pensamento o trabalho é central, assim como sua divisão sexual, tanto profissional quanto doméstico. A autora afirma que não existe capitalismo sem o patriarcalismo. "Preferimos falar em capitalismo patriarcal" (HIRATA, 2018, p. 17).

2 O FEMINISMO MATERIALISTA E A CRÍTICA AO MARXISMO

O feminismo é uma teoria e ao mesmo tempo um movimento social que analisa as relações estabelecidas entre homens e mulheres na sociedade e a luta pela superação dos desequilíbrios entre eles. Surgiu na Franca entre 1830 e 1840 como uma forma de reivindicação de direitos iguais no matrimônio e no acesso as profissões. Ao contrário do que muitos falam, as feministas não buscam ocupar os lugares dos homens, apenas acessar os mesmos direitos e só querem o reconhecimento da sua liberdade (MENDEZ, 2005).

O feminismo possui muitas correntes teóricas, sendo uma delas o feminismo materialista. Este se opõe ao marxismo de duas maneiras: primeiro o acusando de uma "cegueira de gênero" que ignora a opressão que recai diretamente sobre as mulheres; segundo, acusa o marxismo de possuir estudos insuficientes sobre o tema sexo/gênero. De acordo com Hirata (2018), o marxismo aborda a opressão das mulheres de maneira insipiente, não levando em conta a variedade da estrutura dinâmica da sociedade de classes. É consenso entre as feminista materialistas que do marxismo o que é importante para o feminismo é o método (DELPHY, 1984); (CISNE, 2018).

Foi depois de 1960, devido à construção do "movimento autônomo de mulheres" em âmbito internacional, que o marxismo viu-se desafiado a explicar e

oferecer ferramentas de luta contra a opressão feminina. Conforme aponta Hirata (2018), a divisão sexual do trabalho profissional e do trabalho doméstico (advindas da divisão sexual do poder e do saber) são centrais para a teoria feminista materialista. Nesse viés, critica a teoria marxista, pois ela não permite identificar o lugar da mulher no processo de produção e reprodução social, uma vez que a classe social das mulheres é embasada com referência aos homens. Hirata (2018) coloca o feminismo materialista como uma teoria que ao mesmo tempo é uma prática, que aborda questões como as relações de poder, de opressão, exploração e dominação dos homens sobre as mulheres.

A superação da opressão de gênero exige que se destrua e supere aquilo que lhe dá origem, ou seja, o capitalismo. Essa é uma tarefa que envolve a vontade humana e o protagonismo das mulheres. Para isso é preciso que se supere o capitalismo, pois no capitalismo o único sujeito é o capital, que sempre conta com novas estratégias de oprimir e explorar, como quando transformou a entrada das mulheres no mundo do trabalho em mais um jeito de se extrair mais valia (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Para que se supere tudo isso, é preciso a construção de uma nova ordem que não explore, nem domine, nem oprima, onde o que hoje é denominado para homens ou para mulheres, seja patrimônio de todos, independentemente de seu sexo ou gênero, ou classe social (SOUZA, 2015).

Federice (2019) parte da concepção de Marx de que o capitalismo constrói e desenvolve seu domínio através do salário, ou seja, da exploração direta ao trabalhador. Segundo essa linha de raciocínio a autora aponta que a ausência de salário ocultou a exploração sofrida pelas mulheres dentro de casa, fazendo parecer que o serviço prestado por elas no seu ambiente familiar é externo ao capital.

De acordo com a autora a esquerda sempre dividiu os setores da classe trabalhadora como sujeitos revolucionários e o restante como simples coadjuvantes, dessa maneira ela reproduz a mesma divisão que o capitalismo. Federici (2019) registra também que a esquerda concorda com a marginalização do trabalho doméstico e da dona de casa e na luta revolucionaria e diz que tudo que a mulher faz na cozinha nada contribui para as mudanças sociais. Ressalta também que a esquerda não oferece aos não assalariados, como as mulheres, uma luta contra o

capital, mas uma luta pelo capital, não somente o “direito ao trabalho”, mas o direito a trabalhar mais e ser mais explorado.

3 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO COM ÊNFASE AO TRABALHO FEMININO

A divisão sexual do trabalho é responsável pela relação de desigualdade de gênero e o capitalismo aproveita essa condição enraizada para elevar seus lucros, expondo as mulheres em cargos que considera exigir baixa capacidade, pagando baixos salários e de maneira informal (NASCIMENTO, 2014). A divisão sexual do trabalho ganha forças fundamentando-se na ideia de que o trabalho masculino é superior ao feminino. Souza (2015) aponta que nas sociedades que antecedem o sistema industrial já existia a divisão sexual do trabalho, mas as atividades de homens quanto de mulheres eram exercidas todas no mesmo ambiente, o ambiente familiar, que era chamado de indústria doméstica.

O padrão de divisão sexual do trabalho do Brasil, conforme aponta Mendéz (2005) reservava às mulheres tarefas que fossem compatíveis com a sua vocação natural, de certa forma duvidando da capacidade feminina em exercer outras funções. No entanto, as mudanças na economia influenciaram em muitos aspectos, no que era considerado trabalho feminino e masculino e até mesmo na quantidade de filhos que o casal podia ter. Nesse contexto, a falta de consciência da opressão das mulheres acarretava em vários problemas, pois elas eram usadas para suprir a falta de mão de obra quando necessário e quando a necessidade passasse, elas voltavam para assumir seu papel dentro do lar (MENDÉZ, 2005).

Com o surgimento do capitalismo as barreiras que as mulheres enfrentavam para se inserir no mundo do trabalho ficaram ainda maiores, principalmente para as mulheres negras. De acordo com Nascimento (2014) a consolidação da ideia de uma incapacidade feminina, dada pela sua imagem de ser delicada e doce, faz com que se duvide da capacidade da mulher para exercer certas funções e de ser produtiva. O avanço do capitalismo e o consequente ingresso das mulheres no mundo do trabalho desestabilizaram a cultura de que o mundo público pertencia aos homens e o mundo privado era o lugar da mulher. Ao frequentar um lugar que era tido como masculino,

as mulheres começaram a fazer reivindicações para sua autonomia e igualdade de direitos (MENDÉZ, 2005).

A separação do local de produção do local de moradia impactou diretamente a vida das mulheres, pois, em concordância com Souza (2015), o local de produção, que produzia valor e extraia a mais valia era reservado aos homens e o local de moradia, de reprodução da vida era destinado as mulheres, causando obviamente mais prestigio e reconhecimento ao local de produção de valor. As mulheres eram então excluídas da economia dominante e a dependência econômica reforçava a opressão para com elas, pois, se antes todos dependiam da terra para sobreviver, com a industrialização mulheres e crianças dependiam dos homens. Entretanto, logo o capitalismo conseguiu fazer com que o salário do homem não fosse suficiente para suprir as necessidades da família, pauperizando o trabalho dos dependentes nas fábricas, com salários extremamente baixos, promovendo a separação do público (trabalho feminino) do privado (trabalho masculino).

De acordo com Mendéz (2005), a alfabetização das mulheres aconteceu ao mesmo tempo em que estas estavam sendo inseridas no mundo do trabalho, mas elas ainda ocupavam cargos inferiores, com salários ínfimos. O trabalho feminino não era visto com bons olhos pelos pais e maridos, era apenas uma consequência da pauperização familiar. Mas a participação das mulheres nos processos de produção fez surgir algumas dúvidas: Como estas que são consideradas o “sexo frágil” aguentavam aquele tipo de trabalho? As mulheres não eram menos competentes que os homens? O capitalismo mesmo sem querer evidenciou a discriminação sofrida pelas mulheres no mundo privado e a entrada delas para o processo de produção possibilitou que as mesmas organizassem e lutassem por direitos menos desiguais e contra a opressão do sistema por sua condição de mulher e trabalhadora.

Mendéz (2005) também explica que o forte crescimento das mulheres no mundo do trabalho e em diferentes setores fez com que a sociedade começasse a aceitar esse posicionamento, desde que as mulheres não deixassem de cumprir seu papel de esposa, mãe e dona de casa. Então as mulheres ingressaram oficialmente no mundo do trabalho, porém ainda com os menores salários e em cargos de menor importância, deixando bem evidente a desigualdade entre os sexos. O processo de

aceitação das mulheres na esfera pública varia conforme o tempo (e a necessidade do capital), mas as mulheres sempre ocupam as piores condições de trabalho, com extensas jornadas, enquanto os homens efetuam tarefas mais “importantes” e são mais bem pagos.

A divisão sexual do trabalho possibilita a estrutura a precarização das condições de trabalhos. Nascimento (2014) explica como este processo dentro do capitalismo proporciona uma “naturalização” da divisão sexual do trabalho, que releva e reforça o preconceito e a discriminação para com as mulheres, que se justifica através da valorização da forca física masculina.

Federici (2019) demonstra que além das más condições de trabalho quando remuneradas, as mulheres exercem todos os dias um trabalho não pago, que é o trabalho doméstico. O salário seria um passo importante na luta contra a divisão sexual do trabalho, uma vez que a falta dele fortalece as hierarquias que são estabelecidas dentro da classe trabalhadora, como a dependência da esposa pelo marido, pois este sendo o único que recebe salário para manter a casa, se torna o “dono” dos demais dependentes. O capital fez dos homens reféns através da dependência do salário e disciplinou as mulheres através dos homens, colocando um contra o outro.

Federice (2019) aponta ainda que a relação salarial organiza a classe “não trabalhadora” como um parasita da classe trabalhadora; como esses vivessem as custas dos impostos gerados pela classe trabalhadora, não considerando todo o trabalho não pago que é realizado diariamente. O não pagamento de um salário e o subdesenvolvimento são meios usados pelo capitalismo para fazer os trabalhadores competirem entre si e acreditarem que seus interesses são diferentes e contraditórios. O salário para o trabalho doméstico, segundo Federice (2019), funcionaria de diferentes maneiras na luta contra a divisão do trabalho. Ele não é uma revolução, mas uma estratégia para a revolução, visto que enfraquece o papel atribuído aos trabalhadores pela divisão capitalista do trabalho.

4 O TRABALHO DOMÉSTICO NA PERSPECTIVA DO FEMINISMO MATERIALISTA

Hirata (2018) apresenta a situação das mulheres inseridas atualmente num quadro de capitalismo patriarcal, sendo o patriarcado uma formação social onde o poder é dos homens, chegando a ser considerado sinônimo de dominação masculina e/ou opressão das mulheres. No capitalismo patriarcal as duas coisas se combinam para explorar, dominar e tirar proveito sobre os oprimidos. Souza (2015), denomina o patriarcado como o poder que o homem exerce por ser homem.

O patriarcalismo assumiu várias características com o passar dos tempos e construiu uma imagem de indestrutibilidade, ele existe desde muito antes do capitalismo. A cada nova face que ele assume, surgem novas vozes para combatê-lo, mas apesar do profundo comprometimento das mulheres na luta contra o patriarcado, muitas acabaram esbarrando no que chamaram de “limite de classes”.

Segundo Hirata (2018), a articulação entre sexo e raça é indispensável para uma luta unitária, pois permite que se amplie a consciência sobre uma dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é como um nó entre gênero, classe e raça, que não permite pensar em um sem pensar no outro, age como uma espécie de nó frouxo que deixa um espaço para que novas lutas ou ideias circulem dentro do mesmo. Nesse contexto, é preciso criar um padrão que possibilite ver como os problemas sociais impactam todos os membros de um determinado grupo. Hirata (2018) usa a interseccionalidade para unir o racismo e o sexismo em um único termo, como uma solução para dar nome a problemas considerados por ela “invisíveis”. E a interseccionalidade permite que os problemas que articulam sexo, raça e classe social tenham a visibilidade que precisam, não se considerando apenas o sexo, ou apenas a raça, ou apenas a classe social, mas sim os três justamente como num nó.

A partir das primeiras manifestações do feminismo (mesmo que não oficiais) a sociedade passou a questionar e desestruturar as relações de gênero, sendo assim, foram surgindo novas maneiras de relacionamento entre homens e mulheres. Mas apesar do ingresso das mulheres no mundo do trabalho, não foi imediato a emancipação feminina e o reconhecimento da igualdade dos sexos. As pequenas conquistas ainda tinham muito que melhorar, por exemplo, quando conquistaram o direito ao voto, não tiveram acesso ao direito de ampliar sua participação na política e nos espaços de poder. Para isso acontecer, as mulheres diziam que seria necessário

se desprender das tarefas de donas de casa, pois exercer os dois papeis as sobrecarregariam.

Ainda segundo a socióloga feminista Kergoat apud Hirata (2018, p. 15), é preciso prestar atenção nas totalidades que organizam as práticas sociais, pois segundo a mesma “Não é só em casa que se é oprimida, nem só na fábrica que se é explorada”. As mulheres começaram a se organizar pela redução da jornada de trabalho e pelo seu reconhecimento profissional, pois muitas ainda precisavam pedir autorização aos pais ou maridos para trabalhar. Foram necessárias a aprovação de leis para que as mulheres recebessem em mãos seu próprio salário.

Nascimento (2014) expõe que as frequentes mudanças no mundo do trabalho fizeram com que as condições de trabalho ficassem mais flexíveis, abrindo ainda mais espaço para a precarização e as mulheres são as que mais sofrem com essas mudanças, pois enfrentam as piores condições de trabalho. Isso se dá devido às desigualdades de gênero que são construídas e definem os espaços que podem ser ocupados por homens ou por mulheres, onde o privado (casa) é tido como o lugar das mulheres e o público (mundo do trabalho, da política, das artes, da guerra, entre outros) dos homens. Tudo isso fundamenta-se no patriarcado, que prega a superioridade masculina em todos os lugares e situações, definindo as oportunidades e as condições de trabalho de cada indivíduo.

Mendéz (2005) aponta que no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX, a crise fez com que muitos trabalhadores do campo migrassem para a cidade, isso afetou diretamente a vida das mulheres, que foram consideradas importantes para suprir a demanda de mão de obra, mas essa inclusão não significou a conquista de igualdade entre os sexos, pelo contrário, num país fortemente marcado pelo patriarcalismo, isso só serviu para escancarar ainda mais a desigualdade presente.

De acordo com Souza (2015), o aprofundamento da industrialização também contribuiu para o retrocesso de muitos direitos das mulheres, como a prática do trabalho assalariado, o direito do trabalho era somente para as mulheres que vivam em condições de pobreza. Mas, com a constante mudança nas estruturas do sistema capitalista muda-se novamente a situação das mulheres e trabalhos como no

comércio, escritórios e no magistério passaram de condenáveis a desejáveis, isso se deu devido as novas exigências impostas pelo aumento da tecnologia.

Outro fator que acelerou essa aceitação foi a necessidade de investir em educação desde cedo, neste caso as mulheres assumiram o magistério porque já eram as responsáveis pela educação de seus filhos em casa, então não era necessário um investimento em formação de novos profissionais. De acordo com Nascimento (2014) no mesmo momento que esse novo padrão de acumulação proporciona alta empregabilidade as mulheres, escancara as formas precárias que as mesmas enfrentavam, pois era um tipo de mão de obra barata e que tinha que se submeter a duplas jornadas de trabalho. Nesse contexto, as mulheres muitas vezes substituíam os homens, por oferecerem um trabalho mais barato.

Nascimento (2014) expõe que, em 1970 o movimento feminista passava por um momento de conscientização e luta pela emancipação feminina, tentando superar o papel naturalmente atribuído à mulher, de mãe e boa esposa, derrubando a opressão. O movimento feminista também faz críticas ao marxismo pois este não dá a devida importância as questões de gênero, vê a classe operária como uma classe formada somente por um sexo. A autora ainda apresenta que as mulheres representam 70% das pessoas em situação de pobreza no mundo, e mesmo assim são as responsáveis pela reprodução social, sem deixar de estar inseridas em empregos precários, informais e sem garantias de direitos. Para sair desta condição é preciso superar a forma de organização e reprodução social do capitalismo, que se dá através da supremacia de uma classe sobre a outra.

A sociedade é dividida entre as esferas pública e a privada, onde somente a esfera pública tem algum reconhecimento e a esfera privada que é destinada as mulheres fica invisível e impossibilitada de receber qualquer valorização social, apesar da importância dessas atividades (alimentação, afeto, cuidado, gestão e organização do lar), que são indispensáveis para a estabilidade física e emocional dos indivíduos, sendo como uma “mão invisível” que regula e mantém estável o lar. Também ganha destaque o tempo empregado pelas mulheres para realização destas tarefas, que são mais intensas quando se trata de cuidar de idosos, doentes ou crianças com necessidades especiais, os horários ficam comprometidos e acabam não batendo

com os outros afazeres, causando novamente uma sobrecarga (CARLOTO; MARIANO, 2012).

Se no trabalho formal as desigualdades são evidentes, no trabalho doméstico isso se torna ainda mais, pois o mesmo é considerado informal. Um desses fatores é do trabalho doméstico ser atribuído as mulheres, uma tradição que permanece intacta ao redor do mundo. No Brasil, 7.000.000 pessoas ocupam-se do trabalho doméstico, sendo que destes somente 5% são homens (HIRATA, 2018). As mulheres ocuparam no decorrer da história diferentes papeis na economia, ajudando na subsistência da sua família e gerando riqueza social, mas sempre em funções de menor importância, colocadas de forma inferior ao homem (NASCIMENTO, 2014). Porém, o capitalismo precisa do trabalho feminino e usa essa suposta incapacidade para oferecer baixos salários e péssimas condições, quando seu objetivo é utilizar trabalhos baratos e mesmo assim extrair mais-valia (NASCIMENTO, 2014).

A inclusão das mulheres no mundo do trabalho não significou uma revolução em suas vidas, pois não destruiu a imagem que as mulheres tem de incapazes, subtendo-as a papeis familiares e atividades profissionais, criando uma falsa imagem de trabalhadora que na verdade está sobrecarregada por enfrentar suas jornadas de trabalho. A concepção de que o habitat das mulheres é o ambiente doméstico determina quais oportunidades estas podem ter e impossibilita que ela se insira no mercado de trabalho de forma digna e igualitária (NASCIMENTO, 2014). Apesar da existência de uma certa semelhança nas atividades realizadas pelas mulheres no âmbito familiar, existe uma certa hierarquia que é dividida conforme a classe social, a idade, estado civil e também o lugar em que residem, pois em famílias em que homens e mulheres não dividem o trabalho doméstico, a sobrecarga sobre ela é muito maior (CAROTO; MARIANO, 2012).

O trabalho doméstico, apesar de não ser reconhecido é a base do sistema fabril, ele produz o produto mais precioso e importante do capitalismo: a forca de trabalho. Mas, segundo Federice (2019), mesmo diante de tanta importância, o trabalho doméstico é usado pelo capitalismo como uma maneira de manipular a violência de uma maneira mais sutil que as demais, pois o mesmo é visto pela sociedade como um atributo natural da personalidade feminina, como se fosse uma

necessidade interna da mulher. Sendo assim, considera-se que o trabalho doméstico não faz parte do processo de produção dentro do capitalismo, portanto, não necessita de salário. Quando nega-se o salário, o trabalho doméstico se transforma pela cultura patriarcalista e machista, num ato de amor. O salário tornaria esse trabalho visível e essa visibilidade é indispensável para começar a luta contra esse tipo de opressão/exploração.

O não reconhecimento do trabalho doméstico, faz com que as mulheres tenham que procurar um emprego fora de casa, para sua independência ou até mesmo para ajudar nas despesas da casa. Esse segundo emprego além de aumentar a exploração também reproduz a ideia do trabalho doméstico como parte do papel “feminino” de deferentes maneiras, quando na verdade esses “atributos a feminilidade” são só mais funções de trabalho. Esse segundo emprego ainda reforça a questão da mulher não conseguir enxergar onde começa seu emprego e onde ele termina, uma vez que fora e dentro de casa suas funções são parecidas (FEDERICE, 2019).

O trabalho doméstico serve o capitalismo de diferentes maneiras, produzindo a forca que ele tanto precisa para se reproduzir, mas o trabalho doméstico não limita-se apenas em lavar, cozinhar e cuidar dos filhos, é um trabalho que vai muito além disso tudo. Como aponta Federice (2019), quanto mais o homem leva pancadas em seu emprego na fábrica, mais a mulher precisa estar treinada e bem preparada para absorver esse sofrimento; quanto mais o homem recebe ordens, mais ele manda em sua esposa, dentre as obrigações femininas no âmbito doméstico, proporcionar prazer aos homens é uma das mais importantes.

O que se espera das mulheres no decorrer dos anos não é que estas estejam mais livres, mas sim que trabalhem fora, recebam seu salário por isso, mas continuem limpando a casa, cuidando das crianças, das refeições e que ao final do dia estejam prontas para deitar na cama e ser sexualmente atraente para cumprir mais um de seus papeis.

O salário para o trabalho doméstico representa uma perspectiva política que abre espaços para outras lutas, pois não se trata somente de notas de dinheiro, mas expressa a relação de poder do capital sob a classe trabalhadora. Federice (2019)

destaca que não conhecer o trabalho doméstico é estar cego a exploração da maior parte da população mundial não assalariada. Mas essa luta não se resume somente a receber um salário pelo trabalho doméstico. A luta contra a exploração ainda é uma pauta importante, pois os empregadores estão cientes de que as mulheres estão acostumadas a trabalhar sem remuneração e acham que por isso estão desesperadas a trabalhar por um salário baixíssimo, sendo que na maioria das vezes o segundo emprego é somente uma extensão do trabalho doméstico. Federice (2019) afirma que exigir salários pelo trabalho doméstico é recusar a aceitar esse trabalho como um destino biológico, pois a luta dessas mulheres não é pela redistribuição mais igualitária do trabalho, é para o fim deste. E o primeiro passo para isso é colocando um preço nele.

5 CONCLUSÃO

É importante compreender que a divisão sexual do trabalho existe e é legitimada pelo capitalismo, embora tenha suas raízes fincadas no patriarcalismo. As mulheres sofrem duplas, triplas explorações, tanto de sua força de trabalho, dentro e fora do ambiente doméstico, quanto de seus corpos. Mesmo que as mulheres tenham conquistado o espaço de trabalho no âmbito público, as atribuições domésticas não lhe deixaram de ser atribuídas. Nesse caso, elas continuam sendo exploradas e oprimidas por uma questão de sexo. Para que essa realidade possa mudar faz-se necessário uma luta que incorpore as questões de sexo, gênero e raça, portanto, interseccional, para que as mulheres, enquanto parte importante da classe trabalhadora, possam ser olhadas em suas explorações e opressões específicas.

As feministas materialistas constroem críticas contundentes ao marxismo por ignorar o âmbito da reprodução e as especificidades de significativa parte da classe trabalhadora, que são as mulheres. Elas trabalham não somente no âmbito da produção, mas também e quase que exclusivamente no âmbito da reprodução. O trabalho doméstico é considerado trabalho para as feministas materialistas.

É consenso também entre elas a importância do método materialista histórico dialético por contribuir significativamente para a compreensão da opressão do ponto

de vista das classes sociais e da exploração do trabalho. Por permitir historiar o objetos e enxerga-los numa dimensão de totalidade. Assim, uma luta feminista não pode abrir mão do método materialista histórico dialético.

Diante disso, a proposta do feminismo materialista é fundamental, pois é uma luta que engloba todas as opressões, considerando cada sujeito em suas especificidades. Para que essas opressões/dominações/explorações possam cessar é preciso que seja superado o capitalismo e construída uma nova ordem social. E nessa paragem a luta feminista é de fundamental importância e potência.

REFERÊNCIAS

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** São Paulo: Boitempo, 2019.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. **Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família.** Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), vol. 11, núm. 2, agosto-dezembro, 2012, pp. 258-272 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, RS, Brasil. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527332006. Acesso em: 15/08/2020.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais.** In.: Revista Serviço Social & Sociedade (nº132, p. 211-230 – mai/ago). São Paulo: Cortez, 2018.

DELPHY, Christine. **A materialist feminism is possible.** In.: Close to Home: A Materialist Analysis of Women's Opression. Great Britain: The University of Massachusetts Press, 1984. (Tradução de Maria da Silva). p. 154-161.

FEDERICE, S. **Revolución em punto cero**: trabajo doméstico, reprodución y luchas feministas. 2.ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, Helena. **Gênero, patriarcado, trabalho e classe.** Revista Trabalho necessário, v.16, n.29, p.14-27, jun./2018. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552. Acesso em: 08/2020.

MENDÉZ, Natalia Pietra. **Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo**. Revista Mulher e trabalho, São Paulo, v.5, n.5, p.53/63, jan./2005. Disponível em: https://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2712. Acesso em: 08/2020.

NASCIMENTO, Sara Diniz. **Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho.** Revista Temporalis, Brasília, v.14, n.28, p. 39-56, dez./2014. Disponível em : https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/6779. . Acesso em: 08/2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SOUZA, T. M. D. S. **Patriarcado e capitalismo: Uma relação simbiótica.** Revista Temporalis, Brasília DF, v.15, n.30, p. 475-494, jun/dez./2015. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1193. Acesso em: 08/2020.